



## TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1 AQUISIÇÃO de ETIQUETAS AUTOADESIVAS** para atender as necessidades do Hemocentro Regional de Nova Friburgo por um período de 2 anos, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição inserida aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Hemocentro Regional de Nova Friburgo;
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Contratação direta por dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
1.4	<b>Período:</b>	Entrega em parcela única, com prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho; com prazo de atendimento de dois anos.
1.5	<b>Tipo:</b>	Dispensa Eletrônica Lei 14.133/21 - Critério de julgamento: Menor preço global;

**1.6. A Aquisição de ETIQUETAS AUTOADESIVAS** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
1	288247	Etiquetas para identificação de Bolsas Liberadas (10,5 x 13,0 cm)	Unids	20.000
2	310900	Etiquetas para Concentrado de Hemácias (8,5 x 2,5 cm)	Unids	9.000
3	310900	Etiquetas para Plasma Fresco (8,5 x 2,5 cm)	Unids	9.000
4	310900	Etiquetas para Concentrado de Plaquetas (8,5 x 2,5 cm)	Unids	3.000
5	310985	Etiquetas LIBERADO (8,5 x 1,5 cm)	Unids	20.000
6	310848	Etiquetas "O" (2,5 x 2,5 cm)	Unids	8.000
7	310848	Etiquetas "A" (2,5 x 2,5 cm)	Unids	7.000



8	310848	Etiquetas "B" (2,5 x 2,5 cm)	Unids	2.000
9	310848	Etiquetas "AB" (2,5 x 2,5 cm)	Unids	1.000
10	310848	Etiquetas com o símbolo + (positivo) (2,0 x 2,0 cm)	Unids	8.000
11	310848	Etiquetas com o símbolo - (negativo) (2,0 x 2,0 cm)	Unids	2.000
12	310900	Etiquetas para identificação de bolsas para transfusão (9,0 x 5,0 cm)	Unids	20.000
13	310900	Etiquetas para identificação de amostras do receptor (6,5 x 4,0 cm)	Unids	12.000

As etiquetas referentes aos itens 1 ao 13 deverão ser autoadesivas, confeccionadas em papel autoadesivo resistente (tipo colacril), resistentes a umidade, permitir a utilização de caneta esferográfica e obedecer às especificações de conteúdo e tamanho.

**1.6.1.** Apontamos para o não parcelamento do objeto, uma vez que por se tratar de somente 1(um) objeto e este ser personalizado, dado o entendimento por esta administração de inviabilidade econômica no parcelamento do objeto, encontrando previsão no art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**1.6.1.1.** A presente justifica-se, pois trata-se de uso diário, obrigatório e insubstituível no processo de identificação das amostras de sangue de doadores.

**1.7.** A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado, não sendo considerada bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, estando os quantitativos pormenorizados no subitem 1.6.

**2.2** A presente contratação fundamenta-se na dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que:

**2.2.1** Pelo valor total estimado da contratação ser inferior ao limite de R\$ R\$ 62.725,59 estabelecido para contratações diretas de bens e serviços;

**2.2.2** Trata-se de bens comuns, disponíveis no mercado com especificações padronizadas;

**2.2.3** A urgência na aquisição dos materiais justifica-se pela necessidade de manter a continuidade das atividades essenciais do Hemocentro;

**2.2.4** A contratação direta proporcionará maior economia processual e agilidade na execução.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

**3.1** Tendo em vista a **AQUISIÇÃO de ETIQUETAS AUTOADESIVAS** para atender as necessidades do Hemocentro Regional de Nova Friburgo, devem os itens atender rigorosamente as especificações que estão pormenorizadas no “subitem 1.6” deste instrumento.

**3.2.** A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado.

**3.3.** Portanto, a solução mais viável para a presente contratação, considerando as especificações dos itens e a necessidade de abastecimento da unidade, é a realização de Contratação Direta por Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

**4.1.** As etiquetas deverão ser autoadesivas, confeccionadas em papel tipo colacril, resistentes à umidade, permitir utilização de caneta esferográfica e obedecer às especificações de conteúdo e tamanho, conforme solicitado.

#### **4.2. Conformidade normativa aplicável**

**4.2.1** Os materiais deverão observar, no que couber, as disposições da RDC ANVISA nº 34/2014, especialmente quanto à identificação, legibilidade e rastreabilidade das informações relacionadas às bolsas de sangue e hemocomponentes, bem como as disposições pertinentes da Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde.

**4.2.2** Os lances serão ofertados pelo valor global do lote, observado que o critério de julgamento será o menor preço global

#### **4.3. Normas técnicas e comprovação**

**4.3.1** Para os itens, poderá ser exigido o cumprimento das normas técnicas pertinentes, admitidas certificações equivalentes.

**4.3.2 Não será exigido** registro na ANVISA nem **certificação compulsória do Inmetro**, por não se tratar de item sujeito a tais regimes, **salvo** se houver enquadramento regulatório específico devidamente motivado nos autos.

#### **4.4. Regularidade do fornecedor e características do material**

**4.4.1** A empresa fabricante deverá estar devidamente regularizada.

**4.4.2** Os materiais ofertados deverão ser **atóxicos** e compatíveis com a finalidade de uso, assegurando aderência adequada, legibilidade, durabilidade e conformidade dimensional.

**4.4.3** A comprovação poderá ser feita por ficha técnica do fabricante e/ou laudos, quando solicitados.

#### **4.5. Amostras**

**4.5.1** A apresentação de amostras físicas **não será exigida**, considerando que os modelos de etiquetas autoadesivas já foram previamente confeccionados e validados pelo Hemocentro Regional de Nova Friburgo, conforme documentação anexa ao processo (“Etiquetas Hemocentro.pdf”) e especificações constantes do DFD.

**4.8.1.4** As dimensões, legendas e características técnicas encontram-se plenamente definidas, permitindo a comparação objetiva das propostas e tornando desnecessária a apresentação de amostras.

#### **4.6. Responsabilidade pela qualidade**

**4.6.1** Durante a execução contratual, a empresa contratada responderá integralmente pela qualidade e funcionalidade do material fornecido, devendo garantir aderência adequada, legibilidade, durabilidade e conformidade com as dimensões e textos aprovados.

#### **4.7. Substituição por desconformidade.**

**4.7.1** Caso sejam identificadas etiquetas com falhas de impressão, baixa aderência, colagem irregular, divergência dimensional ou qualquer defeito de fabricação, a contratada deverá proceder à **substituição imediata e**



integral do lote afetado, sem ônus para o Município

**4.7.2** Essa obrigação integra o dever de entregar o objeto em condições adequadas, cabendo ao contratado **reparar/corrigir/substituir, a suas expensas**, o que estiver em desconformidade, bem como atender ao **recebimento do objeto** conforme regras do contrato.

#### **4.8. Critérios operacionais**

**4.8.1** A empresa vencedora deverá observar os seguintes critérios:

- 4.8.1.1 Atender às solicitações nos prazos estabelecidos e fornecer os materiais de forma ágil e eficiente.
- 4.8.1.2 Realizar as entregas no **Hemocentro Regional de Nova Friburgo**, anexo ao Hospital Municipal Raul Sertã. Situado a **Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo – CEP 28625630**, com embalagens devidamente rotuladas, informando data de fabricação, número do lote e **validade mínima de 2/3 do total**, ou indicação de **vida útil**, quando aplicável.
- 4.8.1.3 Manter todas as condições de habilitação durante a vigência contratual.
- 4.8.1.4 Os materiais deverão respeitar os requisitos solicitados no Documento de Formalização de Demanda e no Termo de Referência.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1.** O prazo de entrega do objeto é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

**5.2.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando a solicitação da Unidade Requisitante:

- **Hemocentro Regional de Nova Friburgo**, anexo ao Hospital Municipal Raul Sertã, situado à Rua General Osório, nº 324 – Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.625.630 – das 09:00h às 16:00h, de Segunda-feira a Sexta-feira;

**5.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.4.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.5.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.6.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.6.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.6.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**



**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**6.3.1** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**6.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.3.3.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.4.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**6.5.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**6.6.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

**6.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**6.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.12.** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal



substituto.

**6.13.** O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.14.** O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**6.15.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**6.16.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

**6.17.** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.17.1** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação;

**6.17.2.** Efetuar o pagamento devido, no prazo estabelecido, à contratada;

**6.17.3.** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**6.17.4.** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

**6.18.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.18.1.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

## **7. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

### **7.1. Do pagamento da despesa:**

**7.1.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

**7.1.2.** Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.

**7.1.3.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**7.1.4.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**7.1.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA**





**FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **7.2. Da liquidação da despesa:**

**7.2.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

**7.2.2.** Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**7.2.3.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A contratação será adjudicada pelo critério de menor preço global, em lote único, vedada a adjudicação por item.

**8.1.1.** Valor da Contratação: O valor total estimado da contratação ser inferior ao limite de R\$ 62.725,59 estabelecido para contratações diretas de bens e serviços;

**8.1.2.** Natureza do Objeto: Trata-se de bens comuns, padronizados, disponíveis no mercado com especificações usuais;

**8.2.** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

**8.3.** Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

**8.4** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.5** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.6** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.7.** Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a



cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.8.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.8.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.9.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.10.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.11.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.12.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.13.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.14.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.15. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.15.1 Habilitação Jurídica;**

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução





Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.15.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;**

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.16.** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

**8.17.** As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

**8.18.** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou



responsáveis técnicos.

**8.19.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**8.20.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**Habilitação Econômico-Financeira:**

- 8.21.** Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
  - No caso de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005
- 8.22.** Para fins de habilitação técnica, **não será exigida comprovação por atestados**, por se tratar de fornecimento de bens comuns, sem serviços continuados.
- 8.23.** A verificação de homologação/regularidade perante a ANVISA, quando aplicável, será admitida por consulta ao sítio eletrônico oficial e conferência documental no recebimento.
- 8.24.** Não poderão participar do certame as empresas:
- Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
  - Que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
  - Que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
  - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
  - Cujos sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos sejam servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Nova Friburgo
  - Que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

**9.1 Da Contratada:**

**9.1.1.** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto;

**9.1.2.** reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

**9.1.3.** providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

**9.1.4.** não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a entrega do objeto.

**9.1.5.** responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à



Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

**9.1.6.** responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

**9.1.7.** mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste certame, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

**9.1.8.** manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

## **9.2 Da Contratante:**

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada conforme o disposto no tópico 7 deste instrumento;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações deste termo de referência;
- e) observar se foram cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

**10.1.1** Comete infração administrativa a contratada que:

**10.1.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**10.1.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação/execução do contrato;

**10.1.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**10.1.1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**10.3.1** advertência;

**10.3.2** multa;

**10.3.2.1.** compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.3.2.2** compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**10.3.2.3.** moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.3.2.4.** moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.3.3** impedimento de licitar e contratar;

**10.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.4.** Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**10.6** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**10.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa;

**10.8.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que

